



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 20ª (vigésima) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº 1/1490/2018 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho; 1/1491/2018, 1/5455/2017 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, foram aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/2605/2018 – Auto de Infração nº 1/201802618. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, e por maioria de votos dar-lhe parcial provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN, mas adotando a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, entendeu pela parcial procedência aplicando a penalidade no

art. 126, c/c o art.123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei 16.258/2017 por ser mais específica. Em relação à Nota Fiscal nº 4095, que foi cancelada pelo emitente, entende por mantê-la na autuação com base no art. 123, V, “g”, da Lei nº 12.670/96 com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela parcial procedência, adotando a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária, porém aplicando a penalidade no art. 126, da Lei nº 12.670/96. **Processo de Recurso Nº 1/2606/2018 – Auto de Infração nº 1/201802616.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. RELATORA: Conselheira **TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO.** **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, e por maioria de votos, dar-lhe parcial provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN, mas com a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que fica designado para lavrar a resolução e, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, entendeu pela parcial procedência aplicando o art. 126, c/c o art.123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96. Em relação às Notas Fiscais nº 6169, 693, 11385, que foram canceladas pelo emitente, entende por mantê-las na autuação com base no art. 123, V, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto (relatora), que votou pela parcial procedência, adotando a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária, porém aplicando a penalidade no art. 126, da Lei nº 12.670/96. **Processo de Recurso Nº 1/2611/2018 – Auto de Infração nº 1/201802623.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. RELATOR: Conselheiro **ALEXANDRE MENDES DE SOUSA.** **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, e **com relação a preliminar de nulidade em razão de inexistência de clareza e precisão quanto aos documentos fiscais objeto desta autuação,** afastada por unanimidade de votos, diante do claro relato que possibilita plenamente o sujeito passivo se defender da acusação. **No mérito,** por maioria de votos, a 3ª Câmara resolve dar parcial provimento ao Reexame necessário, e confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN, mas com a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, entendeu pela parcial procedência aplicando o art. 126, c/c o art.123, III, “g”, ambos da

Lei nº 12.670/96. Em relação à Nota Fiscal nº 3394, que foi cancelada pelo emitente, entende por mantê-la na autuação com base no art. 123, V, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterada Lei nº 16.258/2017. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela parcial procedência, adotando a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária, porém aplicando a penalidade no art. 126, da Lei nº 12.670/96. **Processo de Recurso Nº 1/2612/2018 – Auto de Infração nº 1/201802622.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO.** **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, e por maioria de votos, dar-lhe parcial provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN, mas com a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, entendeu pela parcial procedência aplicando o art. 126, c/c o art.123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96. Em relação às Notas Fiscais nº 2521, 5824, 5580, 6157 e 6131 devem ser mantidas na autuação, por se tratarem de operações interestaduais. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela parcial procedência, adotando o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 20 (vinte) de outubro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA